

**ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Justifico a ausência do deputado Coronel David, em razão do falecimento do seu tio (CI - 18/2025). Justifico a ausência do deputado Junior Mochi, que se encontra em atendimento de agenda externa (CI - 23/2025). **PEQUENO EXPEDIENTE**. Solicito ao segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados e a todas as pessoas presentes neste Plenário. “*Ata da Vigésima Segunda Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Marcio Fernandes e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Vinte e Seis da Vigésima Primeira Sessão Ordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 377/2025, da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste; Ofícios nºs 24.398, 24.402, 24.408, 25.253, 24.556, 24.570, 24.575, 24.579/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 25.241 e 25.245/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 5.787/2025, da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 143/2025, da Prefeitura Municipal de Campo Grande; e Ofícios nºs 390 e 397/2025, da Prefeitura Municipal de Campo Grande – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Antonio Vaz, Caravina, Paulo Duarte, Lia Nogueira e Mara Caseiro. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lidio Lopes, Zeca do PT, Jamilson Name e Zeca do PT. GRANDE EXPEDIENTE – Usou da palavra o deputado Lidio Lopes. ORDEM DO DIA – Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 203/2023, de autoria da deputada Lia Nogueira. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projetos de Lei nº 185 e 282/2024, de autoria do deputado Paulo Corrêa e Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moção de pesar, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada aos familiares de Antônio*”

*Albuquerque Maranhão e José Ramão Batista; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedrossian Neto, endereçada aos engenheiros egressos da primeira turma do Curso de graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), pelos vinte anos de formatura; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Caravina, endereçada à policial civil Lucimara Jara, em reconhecimento ao seu notável trabalho à frente do projeto "Eu Luto por Elas"; requerimento de moção de congratulação, de autoria da Mesa Diretora, endereçada ao professor Pedro Chaves dos Santos Filho e à diretora Eva Elise Domingos dos Santos Bumlai, conhecida como Neca Chaves Bumlai, pela inauguração da nova sede da Faculdade Insted; requerimento, de autoria da deputada Lia Nogueira, solicitando informações sobre a interrupção do fornecimento de cestas básicas para os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) do município; requerimento, de autoria da deputada Lia Nogueira, solicitando providências quanto às infrações ambientais cometidas pela empresa Compostagem e Tratamento de Resíduos Orgânicos Ltda (Compostrat), na região do Travessão do Tatuí, no município de Itaporã-MS; requerimento, de autoria do deputado Caravina, solicitando informações sobre a situação dos boletins de ocorrência, relacionados à violência doméstica e familiar contra as mulheres, que se encontram sem providências como a instauração de inquérito policial, no município de Dourados; indicações, de autoria dos deputados Pedro Kemp, Pedrossian Neto, Paulo Corrêa, Zé Teixeira, Marcio Fernandes, Paulo Duarte, Roberto Hashioka, Neno Razuk, Renato Câmara, Antonio Vaz, Gleice Jane e Mara Caseiro, com voto contrário do deputado João Henrique, a indicação, Protocolo nº 890/2025, de autoria da deputada Gleice Jane. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dois de abril do ano de dois mil e vinte e cinco". Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, que proceda à leitura do expediente da sessão anterior.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária do dia 03 de abril de 2025: Ofício nº 106/2025, da Agência Nacional de Telecomunicação, respondendo ao requerimento da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 425/2025); Ofício nº 24/2025, Agência Nacional de Telecomunicação, respondendo à indicação do deputado Zé Teixeira (Prot. nº 410/2025); Ofício nº 1235/2025, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, respondendo à indicação da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 4079/2024); Ofício nº 25.207, 25.212, 25.216, 25.220, 25.224, 25.229, 25.233, 25.237/2025, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica, respondendo às indicações dos deputados Caravina, Mara Caseiro, Pedro Kemp, Jamilson Name e Zé Teixeira (Prot. nºs 328, 231, 207, 550, 411, 301, 237, 412/2025); Carta nº 424/2025, da Águas Guaruirobas, respondendo

à indicação do deputado João Henrique (Prot. nº 012/2025). Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Antes, porém, gostaria de registrar que, hoje, às dezenove horas, se dará a abertura da Expogrande 2025, um dos maiores e mais importante eventos para o agronegócio e para a economia do Estado de Mato Grosso do Sul, que acontecerá de 03 a 13 de abril. A Expogrande chega à 85ª edição, é promovida pela Acrissul, e no ano passado superou todas as expectativas, movimentando quinhentos e setenta milhões e recebendo mais de cento e quatorze mil pessoas. Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, peço licença para fazer a leitura daqui da Mesa Diretora. Requeiro à Mesa, conforme os termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor Daniel Júnior, vereador de Dourados, e a toda sua diretoria pela eleição como novo presidente na União das Câmaras de Vereadores de Mato Grosso do Sul (UCVMS). Coloco aqui como deverá ser redigida essa moção.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Gostaria de fazer essa moção pela Casa, pois tenho certeza que ele estará contribuindo para uma boa gestão, deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Requeiro à Mesa, conforme os termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor Eduardo Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, pela publicação do edital de lançamento da licitação de implementação e pavimentação do anel viário de Bonito, um investimento de mais de cinquenta milhões, com uma extensão de 7,6 quilômetros, que irá melhorar a qualidade de vida dos cidadãos bonitenses, o escoamento da produção, o tráfego de veículos e de turistas do melhor destino de ecoturismo do Brasil. Vossa Excelência sabe que desde quando era Secretário de Infraestrutura, no governo do Reinaldo, e agora como governador, Eduardo Riedel tem lutando para isso acontecer. Quero agradecer ao prefeito Josmail; aos deputados que me ajudaram, em especial o Dagoberto Nogueira; ao doutor Roberto Faé; ao presidente da Fiems, Sérgio Longen; ao Benjamim Stein Bruck, dono de uma propriedade na saída do minianel, em frente ao Zagaia, Fazenda São Domingos; e ao Coronel Assis, já falecido, e dizer que sem o esforço de todas essas pessoas não teríamos conseguido essa que é a melhor conquista para o município de Bonito, que pela décima oitava vez foi escolhido como o município de melhor destino de ecoturismo do mundo. Obrigado, senhor presidente!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, deputados, deputadas, senhoras e senhores, quero apresentar algumas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Peres Ramos, aos deputados federais e senadores representantes do Estado de Mato Grosso do Sul, na Câmara e no Senado, solicitando união de esforços, gestão conjunta e providências para viabilização de recursos a serem investidos nas obras de reforma da Unidade Básica de Saúde (UBS) situada no bairro Jardim Guaicurus, como também do Pronto Atendimento Médico (PAM), do município de Dourados. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Peres Ramos, solicitando a construção de uma escola no bairro Esplanada, no município de Dourados, que possui mais de onze mil residências. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Peres, aos deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul, na Câmara e no Senado, solicitando união de esforços e gestão conjunta, visando ao direcionamento de emendas do orçamento federal para o setor da educação, esporte e cultura, a fim de atender às demandas do município de Nova Andradina. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Peres, solicitando aos deputados federais e senadores que representam o Estado Mato Grosso do Sul, na Câmara e no Senado, solicitando ação conjunta e providências na destinação de recursos da União para o município de Fátima do Sul, visando à aquisição de um veículo, tipo caminhonete, para ser utilizado no controle de vetores. Só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Senhor presidente, antes de ler aqui o Pequena o Expediente, gostaria de registrar a presença, no Plenário, da jovem e aguerrida vereadora Elisama, de Ladário, ao lado do querido amigo Alexandre Ohara, que já foi secretário no município Ladário. É uma honra tê-los aqui. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à senhora Roseli Lopes Soares da Rosa Mancilha, em razão de sua posse, no dia de ontem, na Coordenadoria Regional de Educação de Corumbá, com a presença do secretário Hélio Daher. A professora Roseli construiu uma carreira admirável, sempre demonstrando compromisso com a educação e a gestão escolar, buscando sempre aperfeiçoar seus conhecimentos com competência e sensibilidade em prol da educação. Sua formação acadêmica reflete o seu compromisso com a qualificação e a busca

incessante pelo aprimoramento profissional. Graduada em Letras e Língua Inglesa pela Universidade Federal, e em Pedagogia pelo Centro Universitário da Universidade Federal de Brasília, ampliou os seus conhecimentos por meio de especializações e metodologia de ensino da Língua Inglesa, Neurociência, Neuropedagogia da Educação e Gestão Escolar. Sucesso para a minha amiga professora Roseli.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, bom dia! Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor Eduardo Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, ao senhor Jaime Elias Verruck, secretário de Estado de Meio Ambiente, ao senhor Marcelo Ferreira Miranda, secretário de Estado de Turismo, solicitando estudos no sentido de criar um grupo de trabalho para elaboração do plano cicloviário do Estado de Mato Grosso do Sul, cujas diretrizes estão dispostas no Decreto Legislativo nº 750/2022. Esse decreto foi publicado no Diário Oficial Alems nº 2.224, no dia 19 de maio de 2022, é de autoria do deputado Paulo Corrêa, e dispõe sobre as diretrizes a serem observadas na elaboração do plano cicloviário do estado de Mato Grosso do Sul. Dentre outras coisas, o decreto prevê a possibilidade da criação de um grupo de trabalho composto por técnicos dos órgãos e entidades estaduais responsáveis pela política de infraestrutura e obras de meio ambiente, de cultura e esporte, para elaboração do plano cicloviário. Tendo em vista que passados três anos da publicação o plano ainda não foi criado, solicitamos estudo das autoridades competentes no sentido de se criar um grupo de trabalho para que o plano possa ser elaborado implementando infraestrutura para o trânsito de bicicletas, ciclos e similares nas rodovias estaduais do território sul-mato-grossense. Quero apresentar uma moção de louvor ao Esquadrão da Polícia Militar Montada de Mato Grosso do Sul, em nome do tenente-coronel Souza Lima, pelo projeto que visa humanizar a atuação da Cavalaria e estreitar os laços com a comunidade através de ações de aproximação e entretenimento com a população, com foco especial em idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade. Através dessa iniciativa, a Cavalaria vem percorrendo diversas instituições como escolas, asilos e centros de assistência social, promovendo a integração da comunidade com os animais, fomentando o amor, o respeito, além de gerar momentos memoráveis à população e aos policiais que fazem parte do esquadrão. Era o que tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, peço permissão para ler o expediente aqui da Mesa. Tenho aqui duas indicações. Indico à Mesa, observadas as formas regimentais, após o ouvido duto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando a realização de obras de recapeamento e manutenção na MS-141, saindo do município de Ivinhema até o trevo de acesso ao município de Novo Horizonte do Sul. A cobrança da melhoria da MS-141 é um pleito que tem sido recorrente, principalmente nesse trecho utilizado pela Usina Adecoagro, com trânsito de muitos treminhões e da população que vai de Novo Horizonte do Sul para Ivinhema. Essa é uma obra importante a ser realizada em caráter de urgência. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando a realização de obras de recapeamento nas rodovias MS-180 e MS-295, rodovia Guairaporã, entre o município de Eldorado e Ponta Porã. Trata-se de um pleito da Câmara Municipal de Amambai que, através do Ofício nº 074/2025, tem feito essa solicitações apresentando aqui várias justificativas que fundamentam esse pedido. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares. Indico à Mesa após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Raimundo Martin Pereira Ruis, gerente executivo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de Campo Grande, com cópia ao senhor Adair Pereira Dias Junior, gerente executivo do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), de Bataguassu, solicitando que seja elaborado um projeto itinerante, com o objetivo de atender as famílias de Anaurilândia. A proposta em questão visa atender a solicitação encaminhada diretamente a esse gabinete parlamentar, através do vereador Ronei Adriano Partini, do Republicanos. Essa solicitação se justifica pela dificuldade enfrentada por muitos moradores, especialmente aqueles em situação vulnerabilidade social, idosos e pessoas com deficiência, que não possuem meios de transporte para se deslocarem até a cidade mais próxima que possua atendimento presencial do INSS. A implementação de um atendimento itinerante facilitará o acesso aos serviços previdenciários, assegurando o direito dos cidadãos aos benefícios e orientações essenciais e contribuindo para a inclusão social e redução das desigualdades no acesso aos serviços públicos. Requeiro a Mesa, após ouvido o colendo Plenário e obedecidos os requisitos regimentais, que seja autorizado a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, no dia 8 de julho do corrente ano, a partir das

dezenove horas, para a realização da Sessão Solene em Alusão ao dia Estadual da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), instituída através da Lei nº 5.561, de 1º de setembro de 2020, que inclui essa importante data para a comunidade no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, para o sucesso do evento. Requeiro também autorização para utilização de todos os serviços oferecidos por esta Casa de Leis, em especial o coral, o cerimonial, convites, segurança, sonorização, assessoria de imprensa, rádio, site, fotógrafo, cobertura pela TV Assembleia, copa, água e café, entre outros. O dia 9 de julho de 1977 é tido como marco inicial da história da Igreja Universal do Reino de Deus, foi nesse dia em que o seu fundador, Bispo Edir Macedo, realizou o primeiro culto em uma antiga funerária, na cidade do Rio de Janeiro. Passados três anos da inauguração da primeira Universal, outras igrejas começaram a ser abertas por todo o Brasil. Desde os primeiros anos de existência, a Universal desenvolve não apenas um trabalho espiritual, mas também programas sociais que buscam amparar segmentos esquecidos e marginalizados pela sociedade, como pessoas em situação de rua, detentos, comunidades carentes, mulheres vítimas de violência doméstica e viciados em drogas. Dessa forma a Igreja Universal do Reino de Deus tem desempenhado um papel importante na promoção de atividades sociais, culturais e filantrópicas, além de oferecer assistência espiritual a milhões de brasileiros há mais de quatro décadas. Após quarenta e cinco anos, a Igreja Universal está em mais de cento e quarenta países, contribuindo para o fortalecimento da fé, salvando almas e transformando vidas. Nesse sentido, afirmar com convicção, celebrar o aniversário de quarenta e oito anos da Igreja Universal do Reino de Deus é valorizar a fé no Altíssimo, a espiritualidade e os ensinamentos bíblicos. Diante do exposto, solicito aos nobres pares a aprovação dessa propositura para que seja realizada uma Sessão Solene para homenagear o aniversário de quarenta e oito anos da Igreja Universal do Reino de Deus. É só, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, deputado Gerson Claro, nobres pares, todos que nos honram com a sua presença neste Plenário e quem nos assiste através da TV Assembleia. Eu quero fazer três indicações. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando estudos para a realização do serviço de manutenção asfáltica, incluindo recapeamento, pintura de sinalização horizontal e ações de poda e roçada, no trecho da rodovia José Xavier

Prates (MS-276), compreendido entre os municípios de Batayporã e Anaurilândia. A rodovia Federal José Xavier Prates, MS-276, desempenha um papel crucial na interligação entre diversos municípios do estado, sendo uma das principais vias de tráfego de veículos de passageiros e de carga. Devido a sua importância estratégica, essa rodovia é amplamente utilizada, o que resulta em um volume considerável de tráfego diário, envolvendo veículos de variados portes e finalidades. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado do Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (Sanesul), senhor Renato Marcílio, e ao secretário de Estado de Infraestrutura, Guilherme Alcântara, solicitando estudos para a implantação da rede de abastecimento de água tratada na Vila Santa Terezinha, no município de Aquidauana. A presente indicação se justifica pelas reiteradas e legítimas reivindicações dos moradores da Vila Santa Terezinha, no município de Aquidauana, diante das condições precárias de infraestrutura de saneamento básico. Justificativa anexa. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura, Guilherme Alcântara, e ao diretor da Agesul, Mauro Azambuja Rondon, solicitando estudos técnicos para implantação de iluminação pública na rotatória localizada entre o entroncamento da rodovia MS-080 e MS-244, em razão da importância de melhoria na segurança e trafegabilidade na região. A presente reivindicação decorre das solicitações formalmente apresentadas pelos moradores de Corguinho e do distrito do Taboco, que têm sido diretamente prejudicados pela ausência de iluminação pública na referida localidade. Justificativa anexa. E, por último, senhor presidente, nós apresentamos ontem um requerimento que será validado por todos parlamentares desta Casa, solicitando ao Governo do Estado uma ampliação na emenda parlamentar para que a gente possa atender o Hospital do Câncer Alfredo Abrão, que atualmente absorve uma demanda de 72% do tratamento oncológico do Estado de Mato Grosso do Sul. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Senhor presidente, quero pedir a Vossa Excelência, com a anuência obviamente dos líderes e do Plenário, que seja suprimido o Grande Expediente, para que a gente ouvir o professor Helvio Rech.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Assim que encerrar o Pequeno Expediente, eu farei a consulta e o encaminhamento. Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas, público que nos assiste. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel e ao presidente da Fundação de Cultura, Eduardo Mendes Pinto, solicitando informações sobre a execução do Campão Cultural, que é um evento muito conhecido no Mato Grosso do Sul, em especial aqui em Campo Grande, um evento que a população já espera. Neste ano muitos questionamentos foram feitos porque algo muito diferente aconteceu, inclusive no tratamento aos artistas e na organização do processo. Como o evento tem investimento financeiro de recursos públicos, eu gostaria de fazer alguns questionamentos porque houve falha na divulgação do evento, incluindo erros na programação e informações desconstruídas para os artistas. Eu gostaria de saber qual foi o critério usado para a escolha dos profissionais responsáveis pela gestão técnica do evento, em especial da equipe de direção de palco. 1- Por que não foram priorizados profissionais locais? 2 - Há registro de reclamações formais sobre a conduta do diretor de palco durante o evento? Caso haja, quais medidas foram tomadas? 3 - Quais estratégias serão adotadas para garantir a valorização e o respeito aos artistas e produtores culturais locais? Segundo informações obtidas, o Samu teve que ser chamado para atender artistas diante de tantas situações estressantes geradas. Os artistas tinham um tempo para se apresentar e foram interrompidos durante a apresentação. Portanto, houve desrespeito ao artista e é preciso que o Governo nos esclareça o porquê. No final do ano passado, nós tivemos uma audiência pública, em Corumbá, e uma das pautas levantadas, debatidas, e que a gente compreendeu como muito importante, foi a criação de uma Universidade do Pantanal, uma proposta muito interessante para o Bioma Pantanal. Aqui na Casa, fizemos um projeto de lei, debatemos a proteção do Pantanal, mas essa proteção também passa pela produção de conhecimento sobre a região, sobre o bioma, sobre pensar tecnologias especializadas em sustentabilidade a partir da necessidade dele. Tem um movimento que foi criado para a construção dessa Universidade do Pantanal, inclusive o professor Helvio vai falar sobre essa pauta, sobre essa demanda, e trazer mais detalhes sobre esse movimento, mas eu gostaria de dizer que no final do ano nós apresentamos uma indicação solicitando a criação da universidade. Seria importante que a Mesa Diretora, que nós, enquanto Assembleia Legislativa, apresentássemos uma proposta de fortalecimento deste movimento. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSB) — Bom dia, senhor presidente!

Quero cumprimentar a Mesa Diretora, todos os deputados aqui presentes, o público presente na nossa Sessão na data de hoje. Eu requeiro à Mesa, nos termos do artigo 173, inciso XX do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor- presidente da Águas Guariroba, senhor Gabriel Martins Buin, solicitando providências para a finalização da obra realizada na rua Araí, altura do nº 371, Jardim Tarumã, em Campo Grande. Justificativa. A demanda foi noticiada pelo morador Alexandre e demais residentes do bairro, considerando que há mais de uma semana foi realizada a obra pela Concessionária Águas Guariroba e até o momento não foi totalmente liberada, causando diversos transtornos aos moradores e usuários da via e comprometendo o trânsito local. Além disso, os sedimentos da obra causam ainda mais danos em função das chuvas e preocupa os moradores da região, sendo necessária a solução urgente por parte da concessionária. Requeiro à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, nos termos do artigo 173, inciso XVI do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, que seja encaminhada moção de congratulação aos policiais militares cabo Paulo Adailton Ribeiro Souza Silva, soldado Danilo Borges da Silva e cabo Augusto Miranda Santana. Se aprovada, a presente moção deverá ser encaminhada nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, representante de todos os segmentos sociais do estado, por proposição do deputado Pedrossian Neto, congratula-se com os policiais militares cabo Paulo Adailton Ribeiro Souza Silva, do Batalhão de Polícia Militar Rural; soldado Danilo Borges da Silva, do Décimo Primeiro Batalhão de Polícia Militar; e cabo Augusto Miranda Santana, do Batalhão de Operações Policiais Especiais Bope, pela ação realizada no bairro Jardim Vida Nova, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, no dia 5 de fevereiro de 2025. Conforme a descrição do Boletim de Ocorrência nº 15/2025, da Polícia Militar, na repressão ao crime de invasão de domicílio, tentativa de repressão, tentativa de roubo, cárcere privado, ameaça, resistência à prisão, no qual alcançaram resultado positivo. Comando-Geral da PM-MS, avenida Desembargador Leão Neto do Carmo, 1203, Parque dos Poderes, nº 12.203". Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu gostaria de comunicar ao deputado Paulo Duarte e aos atletas da Casa que, neste domingo, dia 6 de abril, a partir das sete horas, acontecerá Terceira Corrida e Caminhada da AMA, que sairá do estacionamento da Assembleia Legislativa. O evento é promovido pela Associação de Pais e Amigos dos Autistas de Campo Grande, oportunidade de unir esporte e solidariedade. Haverá caminhada de três quilômetros e corrida de cinco e de dez quilômetros. Mais do que uma competição, é uma corrida que representa apoio à inclusão e à consciência sobre o Autismo, além da do lançamento da campanha "Seu Abraço Aquece". Eu gostaria de dizer que o dia 2 de abril é o Dia Mundial da Conscientização do Autismo, mas ele não pode se

encerrar apenas em uma data no calendário do mês de abril, mais do que isso, é nossa responsabilidade como legisladores e cidadãos lutar pela conscientização permanente. Nós planejamos e vamos criar uma sala sensorial que vai representar um importante passo para a humanização no atendimento que tanto prezamos dentro da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Nós vamos ter uma sala multissensorial com equipamentos e brinquedos preparados para atender a inclusão, o que não é um favor, é um dever, já que essa sala é um passo concreto para que as pessoas neurodivergentes possam se sentir pertencentes, respeitadas e, acima de tudo, compreendidas. Que essa iniciativa sirva de exemplo para os órgãos públicos e não seja somente um ponto chegada, mas de partida para políticas públicas mais humanas e acessíveis. Está encerrado Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Caravina: duas indicações (Prot. nºs 00972/2025, 00971/2025). De autoria do deputado Junior Mochi: sete indicações (Prot. nºs 00940/2025, 00945/2025, 00938/2025, 00937/2025, 00936/2025, 00935/2025, 00934/2025); duas moções de congratulação (Prot. nºs 00973/2025, 00944/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: um projeto de lei (Prot. nº 00943/2025). De autoria do deputado Lidio Lopes: três indicações (Prot. nºs 00970/2025, 00968/2025, 00967/2025). De autoria do deputado Lucas de Lima: quatro indicações (Prot. nºs 00957/2025, 00960/2025, 00959/2025, 00958/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: sete indicações (Prot. nºs 00941/2025, 00939/2025, 00947/2025, 00946/2025, 00963/2025, 00962/2025, 00961/2025). De autoria do deputado Paulo Corrêa: duas moções de congratulação (Prot. nºs 00949/2025, 00942/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 00966/2025, 00974/2025); uma moção de louvor (Prot. nº 00969/2025). De autoria do deputado Pedrossian Neto: duas indicações (Prot. nºs 00964/2025, 00948/2025); um requerimento (Prot. nº 00950/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: seis indicações (Prot. nºs 00956/2025, 00955/2025, 00954/2025, 00953/2025, 00952/2025, 00951/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 00965/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Por requerimento do deputado Paulo Duarte, consulto o Plenário sobre a hipótese de supressão do Grande Expediente. Os deputados que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram, e os contrários se manifestem. Está suprimido o Grande Expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário se há quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Há quórum para deliberação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Antes, porém, quero registrar e agradecer a presença do Senhor Alcir Dias, vereador do município de Alcínópolis; do

vereador de Japorã Gilberto Morlene; do Ronaldo Batista, presidente da Câmara Municipal de Fátima do Sul; ao Leonardo Flávio, vereador do município de Japorã; à Elizângela do Nascimento, vereadora do município de Fátima do Sul; à Leonilda Cândido, vereadora do município de Fátima do Sul; ao Dennis Diogo, vereador do município de Fátima do Sul; à Elisama Medina, vereadora do município de Ladário. Item 1. Em discussão única. Projeto de Lei nº 227/2024. Autor: deputado Márcio Fernandes. "Declara de Utilidade Pública a Associação de Amigos Miauau (AAM), que desempenha um papel crucial no município de Sonora e região, promovendo assistência médico-veterinária aos animais em situação de rua e/ou maus-tratos, além de seu caráter de promoção educativa, desenvolvida por meio de campanhas, palestras, cartazes, concursos, execução de projetos e outras atividades em prol da causa animal, conforme detalhado na documentação de registro". O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação foi favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Neno Razuk. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Lembrando que temos manifestação externa. Aproveito para cumprimentar e parabenizar a nossa servidora Raizia Krug que está de aniversário hoje, e também a Carla que trabalha com a gente no gabinete. Vida longa, saúde e prosperidade.

Projeto de Lei nº 227/2024, de autoria do deputado Márcio Fernandes.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são quinze votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 001/2025. Autor :Tribunal de Contas. "Altera a Lei Complementar nº 160, de 2 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Para conferir mais organicidade, eficiência, simplicidade e coerência ao sistema recursal do TCE-MS e também ao processo de exame e emissão de parecer prévio sobre as contas anuais do Poder Executivo". O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação foi favorável, por unanimidade, ao projeto, às Emendas Aditivas 01, 02, 03 e 05, e à Emenda Modificativa 04, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 001/2025, de autoria do Tribunal de Contas.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 002/2025. Autor: Ministério Público. "Altera a Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 - Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, mediante a inclusão do artigo 231-B a fim de instituir norma de transição com relação à ampliação do prazo de restrição para promoção e remoção na carreira do Ministério Público". O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação foi favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Registramos e agradecemos a presença do senhor Luís Cordeiro, vereador do município de Fátima do Sul.

Projeto de Lei nº 002/2025, de autoria do Ministério Público

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei 049/2025. Autor : deputado Paulo Corrêa. "Institui o 'Dia S' de valorização e reconhecimento ao Sistema Fecomércio/Sesc/Senac/IPF e sindicatos filiados à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul (Fecomercio), a ser comemorado, anualmente, no dia 16 de maio". O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação foi favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei 049/2025, de autoria do deputado Paulo Corrêa.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezesseis votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda. Item 5. Em discussão e votação simbólica. Vinte e cinco indicações e uma moção de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Item 6. Moção de pesar. Moção de pesar, proposta pelo deputado Paulo Duarte, em razão do falecimento do senhor Aurélio Quintiliano da Cruz. Em discussão. Encerrada discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Senhor presidente, só para registrar da presença, em nossa Casa, dos vereadores do município de Japorã, Adriana, Leonardo e Artemes. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vamos suspender a Sessão para manifestação externa. Convido o deputado Paulo Duarte para se juntar à Mesa com a gente e os deputados a permanecerem no Plenário. Com a palavra, o doutor Hêlvio Rech, doutor em Ciências e mestre em Energia pela Universidade de São Paulo, que irá discorrer sobre a proposta de criação da Universidade Federal do Pantanal, destacando os benefícios acadêmicos, sociais, econômicos e ambientais para a região. Vossa Excelência disporá de quinze minutos para o seu pronunciamento.

SENHOR HÉLVIO RECH — Presidente, é uma grande satisfação do Movimento Eco Pantanal usar esta tribuna para defender o projeto de uma universidade que vai além do campo educacional. Trata-se de uma universidade pública, autônoma, sediada no coração do Pantanal e da América do Sul, um verdadeiro centro de excelência em pesquisa sobre áreas úmidas, capaz de articular esforços científicos, tecnológicos e sociais, desenvolvendo ações concretas para a preservação desse patrimônio natural único, e impulsionar o desenvolvimento econômico. Como motor econômico, a universidade será

grande empregadora, centro de formação profissional, estimulando a economia local e regional. Sua atuação influenciará investimentos em setores estratégicos, como turismo sustentável, biotecnologia e energias renováveis com impacto direto no desenvolvimento regional, projetos de infraestrutura como a construção de um novo campus universitário para Corumbá, com bibliotecas e laboratórios que ajudarão a revitalizar a cidade e a região do seu entorno. A história mostra que onde há universidade há crescimento econômico, inovação, qualificação de mão de obra, novas oportunidades de emprego e impacto social permanente, crescente. Podemos tomar como exemplo cidades como Santa Maria, Pelotas, que não eram quase nada antes de chegar a universidade, assim como a criação da UFGD, em Dourados, que ajudou a desenvolver fortemente aquela região. Senhores e senhoras, a universidade chegou tardiamente no Brasil, e durante mais de trezentos anos do Período Colonial das Américas, foram fundadas trinta e duas universidades, nenhuma no Brasil, e foi só nos anos 1920 que foi criada a nossa primeira universidade. Já nos anos 1960, foram criadas vinte e duas universidades, e até 2002 tínhamos um sistema universitário bastante robusto, porém ainda distribuído de forma muito assimétrica. A nova fase de universidades no Brasil ocorreu entre 2002 e 2019, quando foram criadas vinte e nove universidades federais. E o que caracteriza grande parte dessas universidades é que elas foram alocadas em regiões do Brasil que historicamente foram negligenciadas do processo principal de desenvolvimento, como a faixa de fronteira, os grotões deste país como um todo. Então, essas universidades que foram criadas nesse período tinham a missão de formar pessoas qualificadas, cidadãos, profissionais, e ajudar no desenvolvimento regional. Nós entendemos que esse movimento, que se iniciou em 2002, ainda não está completo, porque há várias regiões do país que precisam ter aquela força do Governo Federal com um projeto estruturante e permanente para que essas diferenças regionais que existem em todo o país sejam diminuídas, no sentido de construção de uma grande nação. E a minha pergunta é: por que Minas Gerais possui onze universidades federais, o Rio Grande do Sul, seis, e o Mato Grosso do Sul tem apenas duas? Está na hora do nosso Mato Grosso do Sul ter a sua terceira Universidade Federal, e isso está nas nossas mãos, principalmente nas mãos dos senhores, porque é um investimento federal, permanente, e aí nós temos que fazer igual aos mineiros, que quando têm um projeto comum, se unem e falam numa única voz: "Precisamos desse investimento"! Esse é o apelo que faço aos senhores. A ideia de uma universidade no Pantanal existe desde 2002, e recentemente ela foi retomada com a visita do presidente Lula, quando houve o incêndio no Pantanal e o mundo inteiro viu aquelas imagens que depõem contra nós. Então, além das inúmeras medidas pontuais e necessárias, seria uma ação contundente do Governo Federal no sentido de um projeto permanente, mesmo porque uma universidade não é uma coisa trivial, haja vista que tem mais de cinquenta projetos de criação de universidades tramitando no Congresso Nacional, pois todo mundo quer a sua. A minha pergunta é: por que aqui e não lá? Essa é uma

oportunidade histórica para o Mato Grosso do Sul, e o que nós estamos querendo é que o Governo Federal apresente na COP, em Belém, uma medida para o Bioma Pantanal que seja a criação de uma universidade. Iria repercutir no mundo inteiro, porque o grupo que está estudando isso se preocupa com a questão do financiamento dessa universidade, lembrando que, além do compromisso do Governo Federal, há muitas outras possibilidades que podemos explorar. Nós temos esse movimento de apoio à criação da universidade, com quase oito mil assinaturas, tem pessoas de Corumbá, de Ladário, do Pantanal de Mato Grosso do Sul e, praticamente, de todos os estados brasileiros. A nossa janela de oportunidade é vincular a criação da Universidade do Pantanal com as políticas de mudança climática, sobretudo o que vai se configurar na COP de 2000. A gente reconhece todos os esforços e essa medida é importante justamente para isso. Eu acho que esse sonho de uma universidade no Pantanal é antigo, mas antes era só um sonho, era algo que poderia acontecer ou que pelo menos desse alento para seguirmos caminhando, mas, hoje, pelos dados socioeconômicos daquela região, pelas questões ambientais, é imprescindível uma universidade. O que nós temos apresentado a vocês é uma nova perspectiva, e ao invés de chaminés e indústrias, nós vamos criar chaminés do conhecimento da Ciência e da Tecnologia, integrando os povos que estão naquela região, integrando os nossos irmãos, cumprindo um papel muito importante de integração latino-americana. "Eu sou professor da Universidade Federal do Pantanal Sul-Mato-Grossense"! Tenho dito que a minha carteira de identidade é MS, e muitas vezes, pelas circunstâncias, somos obrigados a sair, mas o coração fica. No Rio Grande do Sul, nós estamos tendo uma experiência positiva com o Uruguai, da criação de cursos binacionais, Brasil e Uruguai, e a minha universidade lá tem feito isso, esses cursos integram esforços de brasileiros, de uruguaios, e o jovem que está se formando tem a opção de ter o seu diploma reconhecido entre esses dois países, automaticamente, sem precisar do Revalida. Portanto, eu conto com o apoio desta Casa, agradeço esse espaço que considero muito nobre para o povo de Mato Grosso do Sul e acho que se juntarmos esforços de todos os segmentos vivos da nossa sociedade, poderemos emplacar esse gol junto ao governo Lula, porque a gente sabe que ele quer passar para a História como o presidente que mais fez universidades e penso que ele ficaria muito feliz em criar mais uma, agora muito diferente e necessária no coração do Pantanal e da América do Sul. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Apenas para me manifestar e cumprimentar o doutor Hélyvio Rech, pelo pronunciamento que fez aqui nesta tribuna e dizer que a sua fala tem um componente histórico. Doutor Hélyvio, eu, assim como o senhor, sou

daqueles que gostam de cultivar esse tipo de sonho. Em primeiro lugar, eu tenho que lembrar do meu avô Pedro Pedrossian, que sonhou Mato Grosso do Sul, que sonhou também o Mato Grosso, e que quando perguntavam se a sua grande obra era o Parque dos Poderes, ou era o Parque das Nações Indígenas, ele dizia: "Nada disso! O que eu fiz foi universidade, fiz a Universidade Federal de Mato Grosso e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e quando todos achavam que era impossível levar o conhecimento até para cidades pequenas de Mato Grosso do Sul, eu lancei uma Universidade Estadual em mais de quinze campos, uma universidade que tem esse espírito de levar para o interior esse conhecimento". Então, quando eu vejo alguém sonhando o projeto da Universidade Federal do Pantanal, em Corumbá, com uma unidade em Ladário, eu não posso deixar de me somar ao seu projeto e de cumprimentá-lo por esse espírito sonhador e ousado. Acho que é possível e queria também fazer o pedido para que pudéssemos incluir a cidade de Miranda, que muitas vezes é esquecida nesses grandes projetos. Eu tenho uma ligação histórica porque é a cidade do meu avô, mas é uma cidade que tem exportado muita gente, inclusive quando a juventude vai buscar uma oportunidade de qualificação, vai para Campo Grande ou para outros lugares, tal como Corumbá, que nos últimos anos não cresceu em termos populacionais e está exportando gente para fora. Então, ao invés de criarmos essas chaminés de fumaça, a indústria do século XX, nós precisamos fazer a indústria do século XXI, que é o conhecimento. Por exemplo, se tivesse uma universidade federal com um curso de Medicina ali em Corumbá, com certeza absoluta teria um apelo muitíssimo forte e uma demanda muito grande. Sobre a questão da tecnologia, o mundo todo está discutindo a inteligência artificial e nós estamos atrasados nessa discussão. Então, eu acho que esse movimento tem tudo a ver com o nosso estado neste momento que estamos vivendo essa transformação econômica global, para a gente discutir sobre inteligência artificial, com software, com tecnologia. Nós temos grandes vertentes globais, por exemplo, a questão da insegurança alimentar no mundo, mundo esse que está caminhando para oito bilhões de habitantes. E qual será o nosso posicionamento com relação a isso? Acho que uma universidade pode ajudar. Temos também uma discussão sobre a transição energética e a descarbonização do Planeta. Então, são grandes tendências e acho que a universidade tem que capturar, ela tem que preparar o Mato Grosso do Sul para esse século XXI. Estado verde e digital tem tudo a ver com essa nova Universidade do Pantanal. Portanto, quero me somar a esse esforço, pode contar comigo, inclua Miranda, e aí nós vamos juntos construir esse grande sonho. Parabéns!

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Por ser esse um tema tão importante, a deputada Gleice Jane vai sugerir que faça um documento, pela Casa, ao governador Eduardo Riedel, pedindo apoio para essa causa. Resumindo o que o senhor falou tão bem, Corumbá é uma cidade que por ser de fronteira, ficou à margem do desenvolvimento, muitas vezes por inanição dos governos, mas também por restrições de caráter ambiental. Então, a universidade é importante porque teria um orçamento próprio para esse local, geraria a indústria do conhecimento, fortaleceria as gerações de fronteira e, com certeza, é uma grande chance de desenvolvimento numa região que tem limitações por conta das questões ambientais. Conte conosco nessa luta, sou entusiasta dessa causa.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Professor Hélió Rech, eu quero me somar a essa luta porque tenho a clara convicção da necessidade de termos uma universidade no Pantanal. Eu, como ex-aluno da Fundação Bradesco, vi claramente isso, tive esse impacto de produzir no Pantanal e produzir no Cerrado, mas mais do que isso, eu acompanhei, como agrônomo da UFMS, a mudança de chave da universidade da Grande Dourados, quando transformou UFMS em UFGD. Na UFMS, na minha época, as pesquisas eram engessadas, mas com o surgimento da UFGD, ganhou-se uma autonomia a região. Tenho certeza que, da mesma forma que aconteceu na prática, em Dourados, vai acontecer em Corumbá e na região do Pantanal. É um ganho incrível para o Pantanal e para o estado essa autonomia, essa liberdade de pensamento da academia, pensando Pantanal, pensando em soluções para o desenvolvimento dessa região tão importante, com sustentabilidade, apontando caminhos de desenvolvimento. Então, eu me somo a essa luta, pode contar comigo, com o meu esforço, com as minhas emendas, para que a gente possa fortalecer essa ideia. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADO GLEICE JANE (PT) — Professor Hélió, primeiramente, com muita alegria recebemos o senhor aqui na Assembleia Legislativa. Eu tive a oportunidade de conhecer esse movimento no ano passado, quando estive em Corumbá visitando as comunidades ribeirinhas, conversando com a população local. Depois do fogo, eu fiz uma visita ao Pantanal, e acho que ficou muito visível a necessidade de a gente olhar para o Pantanal com um cuidado maior e com produção de conhecimento sobre aquela região. Eu vejo que essa universidade atende à demanda da população, inclusive nas visitas que fiz às famílias ribeirinhas, todos disseram que são necessários mais pesquisas, mais

investimento e pediram que as universidades fossem lá ouvi-los, porque eles gostariam de participar desse processo de construção do conhecimento. Então, acho que esse projeto vem de encontro ao anseio da população, vem de encontro à necessidade que o estado está debatendo, que é o desenvolvimento econômico pautado na Rota Bioceânica, em novas estruturas, em novas rotas com relação aos países vizinhos. A gente não precisa ter somente essa rota, mesmo porque ela traz para a gente muita preocupação sobre o desenvolvimento local, sobre o tráfico de pessoas, sobre a prostituição e situações que envolvem a vida das mulheres, das crianças e dos adolescentes. Nesse novo momento que está vivendo o Estado de Mato Grosso do Sul, a gente precisa ter uma universidade forte, e como disse aqui o deputado Renato Câmara, foi perceptível a diferença em Dourados, quando a UFMS foi incorporada à UFGD, tivemos um outro desenvolvimento econômico no estado, um outro olhar para a cidade e uma produção de conhecimento local que ajuda a desenvolver a região. Então, eu acho que nós merecemos essa universidade para o Pantanal, acho que o Pantanal merece essa universidade, merece esse investimento nesse momento, assim como a fronteira, e Corumbá pode ser um portal de integração da fronteira, como a Universidade Binacional. Quando eu estava lá em Corumbá, foi falado muito sobre a necessidade de se ter um hospital veterinário com curso de Veterinária para cuidar dos animais silvestres, porque no fogo a gente percebeu a quantidade de animais que foram queimados e prejudicados, então é preciso ter esse cuidado. Aqui na Assembleia, nós já aprovamos um projeto de lei de proteção do Pantanal, inclusive ele foi debatido amplamente e com uma decisão unânime da necessidade de proteger o Pantanal. Eu penso que esse pode ser mais um movimento de unificação da Assembleia Legislativa, um movimento que o Governo do Estado pode estar junto com a gente. Então, nos próximos dias eu vou apresentar documentos de indicação ao Governo do Estado, ao Governo Federal e gostaria de convidar os parlamentares para entrarem comigo nesse movimento que é fundamental para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, em especial do Bioma Pantanal, que pede socorro, e a universidade pode ser a grande resposta para aquela comunidade, para a população e para o Mato Grosso do Sul. Parabéns e contem com a gente nessa luta.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, pela manifestação dos colegas parlamentares, nós percebemos que há um apoio unânime desta Casa para esse projeto de criação da Universidade Federal do Pantanal, então eu sugiro que seja feito aqui um documento para a bancada federal, aos oito deputados federais e aos três senadores, pedindo apoio para se fazer gestão diretamente ao Ministério da Educação, ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ministério da Cultura. Como já foi discutido anteriormente, esses três ministérios têm a ver com a proposta, com o projeto da criação da Universidade Federal do Pantanal. Então, que esta Casa possa se manifestar, já que a gente percebe que há um apoio unânime dos deputados e deputadas, para pedir o apoio da nossa bancada federal.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esta presidência vai abrir uma exceção para o professor Hêlvio concluir, após a manifestação dos deputados.

PROFESSOR HÉLVIO RECH — Eu quero agradecer a manifestação de cada um. Quando o deputado Pedrossian Neto disse que tem uma base natural, temos que lembrar que também há uma economia que se dá em torno do desenvolvimento. Eu fiquei muito satisfeito com as falas porque o mais importante, que é o sentido, foi abraçado. Quero agradecer esse espaço e dizer que estou à disposição. Esse é um movimento com centenas de pessoas envolvidas e muito me honra ser o porta-voz. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique, que disporá de dez minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente, colegas parlamentares, nós propusemos a esta Casa um projeto de lei que visa conceder o Seguro-Defeso para o guia de pesca que aceitar migrar a sua atividade, e para isso tivemos que fazer no nosso gabinete, deputado Pedrossian Neto, um estudo de impacto orçamentário e financeiro. Começamos então a buscar informações públicas no Portal da Transparência da União Federal acerca do benefício que é pago aos pescadores profissionais do Estado de Mato Grosso do Sul, e, de acordo com o último levantamento, foram encontrados quatro mil pescadores que estão recebendo essa modalidade de seguro desde a implementação do período restritivo da Piracema. Começando a buscar os elementos, eu gostaria de fazer um alerta ao deputado Caravina, do PSDB, que pediu vista do nosso projeto, porque há algo de muito estranho e intrigante na concessão dessas autorizações e fornecimento das carteiras de pesca que habilitam as pessoas a se inscreverem como pescadores profissionais para receber o Seguro-Defeso. Ainda que possam ser discutidas as questões do domicílio, Campo Grande tem oitenta e três pescadores ativos recebendo o Seguro-Defeso, mas para pescar onde? No prosa? No segredo? Em Chapadão do Sul, deputado Pedrossian Neto, tem sete pescadores que eu acho que devem estar pescando piranha, bagre ou algumas traíras dentro de uma lavoura; em Bandeirantes tem dois; em Inocência tem um. Em Bonito, um município que tem restrição natural ambiental, tem cento e oitenta e quatro pescadores, o que é uma questão, no mínimo, intrigante, mesmo estando próximo ao rio Miranda. E ainda que fosse, eu acho que deveria ser feito um cadastro, uma fiscalização para verificar onde, efetivamente, está sendo realizada a pesca, porque tem a questão das guias de pesca que essas pessoas podem emitir. Então seria um contrassenso o cara de Bonito, pescador, emitir uma guia de quatrocentos quilos de peixe, por mês, proveniente de um local ao lado de Bonito, a pelo

menos trinta, quarenta quilômetros, não sei qual seria a justificativa. Corumbá, para que Vossas Excelências saibam, possui a maior quantidade: mil e setenta e nove; Miranda, trezentas e quatro; Ponta Porã tem um, que ele deve estar pescando dentro do Shopping China; Porto Murtinho tem duzentas e trinta e três pessoas, enquanto Paranaíba, que eu conheço muito bem a realidade, tem duzentos e sessenta pescadores cadastrados, ou seja, mais do que Porto Murtinho. Em Maracaju tem dois, que devem estar pescando no meio da safra; São Gabriel do Oeste, Sonora, Sidrolândia, Vicentina, Dourados, Paraíso das Águas não têm; Inocência tem um. Se olharmos a bacia hídrica, nós vamos perceber que, com relação a essas guias, tem algum um tipo de distorção ou desconstrução. Então é preciso uma lei mais moderna que transfira ao Estado a possibilidade de cadastrar, de fiscalizar, de implementar, de fazer uma transição, para que essas pessoas possam ganhar mais. Alguns pescadores profissionais invadiram as minhas redes sociais dizendo que eu estou criando uma lei que vai tirar do pescador profissional, mas não, o pescador vai continuar recebendo. Se ele quiser ficar, que fique, mas que se capacite para ganhar mais e para não ter o impedimento de estar registrado como guia de pesca sem perder o benefício que ele teria direito como pescador profissional. O Estado vai dar o auxílio para o mesmo período em que o pescador profissional estiver recebendo para a Piracema. É uma legislação moderna, que visa impulsionar o turismo e a arrecadação do Estado. Então vejam, se 10% dos pescadores profissionais fizerem uma migração, uma capacitação em massa para se tornar guias de pesca, teremos aí quatrocentos pescadores que se transformariam em guias. Se a gente bater um pente fino e jogar para o Estado a competência de averiguar porque o cara está dentro do Shopping China, ou dentro de uma lavoura, em Chapadão do Sul, ou em Maracaju, pescando e emitindo guia falsa de pesca, teremos uma quantidade menor ainda, com um impacto financeiro inexpressivo e um grande impacto na cadeia pesqueira, ao turismo, à economia local, sem trazer nenhum tipo de prejuízo, deputado Gerson Claro, deputado Renato Câmara, para quem precise de um apoio do Estado. O que nós estamos estabelecendo com esse projeto é uma transição para mostrar que como guia de pesca vocês ganhem mais, e o Estado também, e nós vamos ter uma única legislação para as bacias hidrográficas comuns que já possuem legislações diferentes. Eu vou fazer aqui um mapeamento, vou me aprofundar nesse tema, até porque, deputado Pedrossian Neto, percebi que tem pescadores profissionais que estão recebendo cinco mil por período e tem outros que estão recebendo mil. O que a gente quer, ao estudar esses elementos no sítio da União Federal e nos requerimentos que vou fazer ao superintendente da pesca, é entender o porquê dessa disparidade e dessas informações inconsistentes que não respeitam a história e a lógica que foi cunhada pelos rios e seus afluentes, no Mato Grosso do Sul. Posso garantir que a primeira impressão que tive é que há algo de muito errado na concessão das carteiras de pesca, no Estado de Mato Grosso do Sul, e no recebimento desses benefícios, e quem paga isso é o Governo Federal. Então

que não fique a impressão de que eu subo aqui apenas para criticar o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, critico o pedido de vista que foi feito pelo deputado Caravina, porque acho importante que esse projeto chegue logo em Plenário, uma vez que acabamos de votar o tema da proibição da pesca do dourado e esse projeto com estudo de impacto orçamentário e financeiro, deputado Pedrossian Neto, vai trazer um ganho à sociedade e ao Estado, na arrecadação, na preservação, e na justiça social, com capacitação...

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Conceda-me um aparte, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Concedo o aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Quero cumprimentar Vossa Excelência pelo pronunciamento que está chamando a atenção para a necessidade de uma maior fiscalização com pente fino sobre uma série de programas que, em alguns casos, podem estar se desvirtuando do objetivo principal, e no caso do Seguro-Defeso isso também pode estar acontecendo. Eu fiz um levantamento do valor dessas políticas compensatórias do Governo Federal, na evolução nos últimos anos. Para se ter uma ideia, na primeira década deste século até meados da década passada, o valor das políticas compensatórias era algo torno de trinta bilhões de reais, seja o Bolsa Família, seja o Benefício de Prestação Continuada, uma série de outros programas, inclusive o Seguro-Defeso. Então, olhando para quem estava de fato vulnerável, com o advento da pandemia houve a necessidade de uma expansão muito rápida desses benefícios para aquele momento de calamidade nacional, e esses valores chegaram a cifras superiores a duzentos bilhões de reais, e depois, para voltar para a normalidade, tem as dificuldades. Hoje, se você for olhar o valor está em cento e cinquenta bilhões de reais, o que é muito recurso. Então eu acho que os programas sociais são acertados em muitos casos, prestam um papel significativo, mas existe muito desvio, existe problema de finalidade, não tem fiscalização, e esse caso do Seguro-Defeso é um que a gente deveria se debruçar e investigar. Qual é a necessidade de Seguro-Defeso em Ponta Porã? Qual é a necessidade de se ter Seguro-Defeso aqui em Campo Grande, no rio Prosa e no Segredo?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Talvez no Anhanduí.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Isso me causa preocupação porque está ocorrendo um desvio de finalidade. Então, parabéns pelo seu pronunciamento, acho que esse é um debate que esta Casa tem que, de fato, se debruçar e verificar de que maneira que a gente pode aperfeiçoar as políticas públicas, sem aboli-las, sem desvirtuá-las.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Agradeço e incorporo a fala de Vossa Excelência. Ao citar Campo Grande e mencionar o Anhanduí... Se não mencionasse o rio, seria um desconhecimento da nossa geografia local. O que acontece é que a permissão, ao fazer o cadastramento como pescador profissional, é para, no mínimo, quatrocentos quilos de peixe por mês. Então, nós temos que fazer não só o cruzamento do Seguro-Defeso, mas também das guias que são emitidas com o peixe, porque eu garanto que desses oitenta e três que foram cadastrados em 2024, lembrando que o número está menor por conta da exigência agora do cadastro biométrico, não foram retirados do rio Anhanduí quatrocentos quilos de peixe por oitenta e três pescadores todos os meses. Portanto, se há um documento fiscal dessas pessoas cadastradas, provavelmente estão sendo utilizados para outros municípios, ou de maneira fraudulenta para, de alguma forma, tirar proveito das pessoas que estão cadastradas como pescadoras profissionais. O que a gente propõe é o aprimoramento porque queremos que essas pessoas que estão sobrevivendo com esse tipo de renda, nesse período restritivo, receba um apoio muito maior até chegar o momento que outros estados, outros países estarão experimentando ter de volta nos rios as grandes matrizes pesqueiras. É isso. Obrigado, senhor presidente, pela minha fala. Eu fiz um pequeno levantamento aqui e não queria deixar de falar nesta quinta-feira.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Parabéns, deputado! Como sempre Vossa Excelência com grandes debates aqui na Casa. Quero registrar e agradecer a presença do Edson Souza, do Rubens Gomes, vereadores do município de Dourados; do Fábio Franco, vereador do município de Rochedo; do Vander Dosso, presidente da Câmara de Laguna Carapã; e do Clenilson, vereador do município de Caarapó. Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (11h13min).